

HABEAS CORPUS Nº 567.014 - RJ (2020/0068798-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : TASSIO IGOR FREITAS DOS SANTOS
ADVOGADO : TASSIO IGOR FREITAS DOS SANTOS - RJ197324
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JHONNY DOS SANTOS FELIPPE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fls. 37/38):

TRIBUNAL DO JÚRI - HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL E MEDIANTE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA - IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL COM A SENTENÇA QUE, JULGANDO PROCEDENTE A PRETENSÃO ACUSATÓRIA, CONDENOU O APELADO A PENA DE 14 ANOS DE RECLUSÃO A SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO, SENDO CONCEDIDO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - PRETENSÕES MINISTERIAIS QUE BUSCAM O AFASTAMENTO DA PENA-BASE DO SEU MÍNIMO LEGAL, A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO APELADO, BEM COMO A EXECUÇÃO PROVIÓRIA DA PENA QUE SE ACOLHEM - AUSÊNCIA DE IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA EM FACE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA - RECURSO APENAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DOSIMETRIA DA PENA QUE MERECE AJUSTE - RECONHECIMENTO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS AO RÉU CONSUBSTANCIADAS NO ELEVADO GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA, CULPABILIDADE EXACERBADA E CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQÜÊNCIAS DO CRIME A JUSTIFICAR A EXASPERAÇÃO DA PENA- BASE EM 16 ANOS DE RECLUSÃO - DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA QUE SE FAZ NECESSÁRIA NOVO TÍTULO QUE APONTA A NECESSIDADE DAI DECRETAÇÃO DA PRISÃO COMO GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL - PRISÃO PREVENTIVA QUE PODE SER DECRETADA EM QUALQUER FASE PROCESSUAL, ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO, INCLUSIVE NA SENTENÇA, DESDE QUE PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 313, DO CPP, E PELO MENOS UM DOS FUNDAMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 312, DO MESMO DIPLOMA LEGAL ESTÁ PRESENTE PROVIMENTO DO APELO PARA, EXASPERANDO A PENA-BASE, AQUIETAR A NOVA REPRIMENDA DEFINITIVA EM 18 (DEZOITO) ANOS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME INICIALMENTE FECHADO - DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA PARA

GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL - EXPEÇA-SE
MANDADO DE PRISÃO COM DATA LIMITE PARA SEU
CUMPRIMENTO EM 2040.

Consta dos autos condenação pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, II e IV, do CP, à pena de 14 anos de reclusão, em regime fechado. Interposto apelo ministerial, houve o provimento para aumentar a pena a 18 anos de reclusão.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, decretada no julgamento do apelo, sob o argumento de que não há fundamentação bastante, tendo o paciente respondido solto a todo o processo.

Nesse sentido, requer a concessão de *habeas corpus* para que seja possível recorrer em liberdade, com ou sem a aplicação de medidas alternativas.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O acórdão está assim fundamentado (fl. 43):

[...] Merecem acolhimento os pleitos que buscam a decretação da prisão preventiva do Apelado, bem como sua execução provisória.

Há de convir que o fato de o Apelado não ter tido a prisão preventiva decretada durante o curso da instrução processual, bem assim a circunstância de ter sido ele, ao final, condenado a cumprir a sanção reclusiva inicialmente em regime fechado, não lhe garante, por si só, o direito de recorrer em liberdade, se presentes os requisitos para a imposição da custódia provisória, como ocorre no presente caso.

Cumprе anotar, por fim, que a privação da liberdade, na hipótese, não representa, por óbvio, antecipação de cumprimento de pena, mas sim medida de caráter processual, somente empreendida uma vez verificada a sua necessidade, na forma contemplada no artigo 312 do Código de Processo Penal, qual seja, a garantia da aplicação da lei penal.

Como bem asseverado pela douda Procuradoria de Justiça em seu parecer: [...].

Como se vê, diante do pedido presente no apelo ministerial, o Tribunal *a quo* acolheu o pleito de decretação da prisão preventiva, consignando que

seria o caso de decretar, porque presentes os requisitos ensejadores.

Entretanto, não é possível extrair qual seria o fundamento que pudesse justificar a cautelar extrema, observando-se apenas alusão genérica à necessidade da custódia, devendo ser sopesado, ainda, que o paciente permaneceu solto durante todo o processo, sendo-lhe deferido o direito de recorrer em liberdade na pronúncia (fl. 18) e na sentença condenatória (fl. 21), de maneira que necessário seria indicar fato novo e suficiente para determinar a medida.

Esta Corte Superior entende que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar. Nesse sentido: HC 214921/PA - 6ª T - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 25/3/2015; HC 318702/MG - 5ª T - unânime - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - DJe 13/10/2015.

Deste modo, a falta de contemporaneidade do delito imputado ao paciente e a inocorrência de fatos novos a justificar, nesse momento, a necessidade de segregação, torna a prisão preventiva ilegal, por não atender ao requisito essencial da cautelaridade.

Não se tendo no tema, com a ausência de motivo que indique a necessidade da custódia cautelar, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo deve ser reconhecida a ilegalidade.

Ante o exposto, defiro a liminar, para a soltura do paciente JHONNY DOS SANTOS FELIPPE, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator